

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Reflexões sobre a progressiva judicialização da saúde no Brasil	19
1.1. Introdução	19
1.2. O direito fundamental à saúde e as causas da crescente busca por prestações de saúde pública na esfera judicial	20
1.3. As principais discussões jurídicas que permeiam a judicialização da saúde e as compreensões que devem balizar o enfrentamento racional do fenômeno	26
1.4. Considerações finais	38
1.5. Referências	40
Capítulo 2 – O Direito da legítima companheira à pensão por morte e a possibilidade (excepcional) de rateio do benefício entre a viúva e a concubina.....	43
2.1. Introdução	43
2.2. O conceito de companheiro(a) como dependente beneficiário(a) da pensão por morte.....	44
2.3. A importante distinção entre a união estável e o concubinato	45
2.4. A caracterização da relação amorosa ou marital como verdadeira união estável garantidora do direito ao benefício previdenciário da pensão por morte. Consequências do concubinato simultâneo ou paralelo ao casamento.....	47
2.5. Casos excepcionais que devem gerar o rateio ou a divisão da pensão por morte entre a viúva e a concubina.....	51
2.6. Considerações finais	52
2.7. Referências	53

Capítulo 3 – Reflexões sobre a possibilidade de controle repressivo ou posterior da constitucionalidade de uma lei pelo poder executivo: Pode a Administração Pública deixar de cumprir uma lei por reputá-la inconstitucional?	55
3.1. Introdução	55
3.2. A presunção de constitucionalidade das leis e o respeito à ordem jurídica no estado democrático de direito.....	57
3.3. A liberdade de interpretação pelo chefe do poder executivo e a impossibilidade de, em regra, descumprir a lei que repute inconstitucional sem a prévia manifestação do poder judiciário	60
3.4. A nova concepção decorrente do alargamento da legitimação para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade (art. 103 Da cf/88)..	63
3.5. Situações excepcionais autorizadoras da recusa de cumprimento a uma lei reputada inconstitucional pelo poder executivo.....	65
3.6. Considerações finais	66
3.7. Referências	67
Capítulo 4 – O consenso no processo penal e o rito abreviado fundado na admissão de culpa: (in)compatibilidade constitucional, vantagens, desvantagens e perigos	69
4.1. Introdução	69
4.2. O consenso no processo penal	70
4.3. O rito abreviado fundado na admissão de culpa	76
4.4. A análise da (in)compatibilidade constitucional, das vantagens, das desvantagens e dos perigos do rito abreviado calcado na confissão	82
4.5. Considerações finais	97
4.6. Referências	99
Capítulo 5 – A incidência de imposto de renda sobre rendimentos recebidos acumuladamente (rra), em cumprimento de decisão judicial	105
5.1. Introdução	105
5.2. O imposto de renda na constituição federal	106
5.3. O regramento do imposto de renda no Código Tributário Nacional.....	109
5.3.1. Noções preliminares	109
5.3.2. Fato gerador	110
5.3.3. Base de cálculo	114
5.3.4. Alíquotas.....	115
5.3.5. Sujeito Passivo.....	116
5.4. A disciplina do imposto de renda na legislação ordinária	118

5.5. A tributação da renda segundo a capacidade contributiva de cada sujeito passivo	126
5.6. O regime de tributação na fonte. O sistema de antecipação do imposto.	129
5.7. A incidência do ir sobre rendimentos recebidos acumuladamente (rra) e em cumprimento de decisão do poder judiciário	133
5.7.1. O mecanismo de retenção do IR na fonte pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento	133
5.7.2. A distorção na forma de materialização da retenção do IR na fonte quando a Fazenda Pública tem a obrigação de pagar	134
5.7.3. As regras de incidência do IR sobre rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) por força de decisão judicial.....	137
5.8. Considerações finais	148
5.9. Referências	150
Capítulo 6 – Reflexões sobre a capacidade postulatória do advogado público e a obrigatoriedade de que mantenha inscrição na oab e pague anuidade	153
6.1. Introdução	153
6.2. A OAB e os advogados públicos que estão proibidos de exercer a advocacia fora das atribuições institucionais	154
6.3. A advocacia pública na Constituição Federal	155
6.4. A natureza constitucional da capacidade postulatória do advogado público. A questionável exigência de inscrição na OAB e a indevida cobrança de anuidade	156
6.5. Considerações finais	161
6.6. Referências	162
Capítulo 7 – A competência criminal federal para julgamento de delitos ambientais.....	163
Capítulo 8 – Apontamentos acerca do moralizador instituto do art. 41-A da Lei nº 9.504/97 (Captação ilícita de sufrágio).....	171
Capítulo 9 – A ilegitimidade ativa do consumidor para pleitear a restituição de valores pagos a maior em decorrência da inclusão do icms na base de cálculo do pis e da cofins incidentes na conta de energia elétrica	179
Capítulo 10 – Audiência de custódia ou de apresentação do preso: instrumento destinado ao controle mais humano e preciso das prisões cautelares e à inibição da violência policial no Brasil.....	183
10.1. Introdução.....	183
10.2. As razões da elevada taxa brasileira de encarceramento penal provisório	185

10.3. A persistência da violência policial contra pessoas presas e suas causas.....	188
10.4. Audiência de custódia ou de apresentação do preso: conceito, origem, base normativa e finalidades.....	194
10.4.1. O conceito, a origem e a base normativa da audiência de custódia....	194
10.4.2. As finalidades da audiência de custódia	198
10.5. Considerações finais	203
10.6. Referências	204